

# CUBA EM TRANSFORMAÇÃO: REGIME POLÍTICO E O CONTEXTO DA “ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO E SOCIAL” (\*)

*CHANGES IN CUBA: THE POLITICAL REGIME AND THE CONTEXT OF THE “UPDATING ECONOMIC AND SOCIAL MODEL”*

*Julian Araujo Brito(\*\*)*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), Brasil

**Resumo:** O artigo pretende analisar a emergência das reformas econômicas aprovadas no 6º Congresso do Partido Comunista de Cuba em 2011. As recentes transformações no projeto socialista cubano apontam para uma maior liberalização da economia, sem abrir mão do planejamento e do controle estatal. Com o objetivo de compreender as razões dessas proposições, abordaremos alguns aspectos políticos e econômicos que conduziram a chamada “atualização do socialismo”. Levantamos a hipótese de que as reformas constituiriam uma estratégia decisiva para a transição geracional na cúpula do poder e uma tentativa de renovar a legitimidade do regime para novos cenários que se afiguram.

**Palavras-chave:** Cuba; Socialismo; Reformas econômicas.

**Abstract:** The article analyzes the emergence of economic reforms adopted in the 6th Congress of the Cuban Communist Party in 2011. The recent transformations in Cuban Socialist Project caused one further liberalization of the economy, without giving up the planning and state control. The purpose this article is understanding the reasons for these propositions. For this, we will seek to approach some aspects of political and economic factors that led to the stage that is being called “updating socialism”. Our hypothesis for the reforms in the country points for a strategy the generational transition of power as an attempt to renew the legitimacy of regime.

**Keywords:** Cuba; Socialism; Economic reforms.

---

(\*) Este artigo é uma versão ampliada e um desdobramento das reflexões discutidas no *GT Revoluções na América Latina e Dilemas do socialismo*, promovido pelo V *Simpósio de Lutas Sociais na América Latina* em 2013, no qual apresentamos o trabalho “*Novos rumos da Revolução Cubana e o contexto da atualização do socialismo*”.

(\*\*) Cientista Social, Aluno do curso de mestrado em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ); bolsista do CNPq. E-mail: <julian\_araujo9@hotmail.com>. Recebido em: 19.11.2013, aceito em 06.05.2014.

## 1 INTRODUÇÃO

Novamente, a atenção mundial se voltou à Cuba. Depois do afastamento de Fidel Castro e a ascensão de Raul Castro à presidência do país (que assume provisoriamente em 2006 e em 2008 é eleito presidente), agora o alvo é o processo reformista em curso, iniciado em 2010, denominado de “*atualização do modelo econômico e social*”, ou simplesmente “*atualização do socialismo*”.

Este aparece inicialmente como uma reforma dos mecanismos de direção centralizada da economia, das relações de propriedade e sua gestão, da política social e, portanto, constituem uma tentativa de reforma econômica mais ampla do sistema social cubano. O objetivo das mudanças propostas é aumentar a produção e a eficiência da economia nacional, retirando possíveis travas burocráticas que estariam impedindo o desenvolvimento das forças produtivas e, com isso, assegurar a sustentabilidade e a preservação do sistema social, garantindo um maior equilíbrio entre produção e consumo social.

Este programa reformista está contido no documento oficial *Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución*<sup>(1)</sup> e, portanto, constitui a base para a “*atualização do modelo econômico cubano*”. Inicialmente, no final de 2010, o documento foi levado à discussão junto à população e posteriormente debatido e aprovado no VI Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC) em 2011, o qual dedicou-se fundamentalmente (e estrategicamente) a temas econômicos. Por sua vez, este mesmo Congresso acordou que seria convocada uma Conferência Nacional do PCC, em que se discutiria temas diretamente políticos destinados a revisar o funcionamento interno do partido e a “atualizar” métodos políticos e concepções dos seus quadros e militantes em consonância com a tarefa prioritária de implementação das reformulações ao modelo econômico (CASTRO, 2011). E, assim, em janeiro de 2012, realizou-se em Havana a 1ª Conferência Nacional do PCC.

Basicamente, a plataforma econômica reformista se articula em dois eixos<sup>(2)</sup>. Por um lado, segundo os dirigentes cubanos, não se abre mão do conteúdo socialista do sistema, que se expressa no predomínio da propriedade coletiva dos meios de produção (isto é, a manutenção da maioria das empresas estatais e cooperativas), no predomínio do planejamento central sobre o mercado como forma de regulação da atividade econômica, e da vigência do princípio socialista de distribuição: “*de cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo seu trabalho*.” Soma-se a isso a observação de que o socialismo não significa igualitarismo, senão igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos. Nas palavras de Raul Castro, as modificações visam alcançar uma sociedade socialista próspera e sustentável, menos igualitária, porém, mais justa (CASTRO, 2013).

---

(1) Em novembro de 2010, o PCC lançou o *Proyecto de Lineamientos de la política económica y social*, como documento base para a discussão na sociedade antes de ser analisado pelo VI Congresso do Partido, em abril de 2011. O resultado final, com as alterações, foi publicado com o nome de *Información sobre el resultado del debate de los Lineamientos de la política económica y social del Partido y la Revolución*. Ainda que este documento tenha alterações pontuais, especialmente quanto ao ritmo das mudanças, consideramos que não houve alteração quanto à natureza das propostas iniciais.

(2) Análise baseada no documento partidário *Proyecto de Lineamientos de la Política Económica y Social* (2010) e na resolução sobre o mesmo publicada pelo VI Congresso do PCC.

Por outro lado, uma mudança importante é o reconhecimento do mercado enquanto um mecanismo de alocação que deverá ser levado em conta pela direção da economia (a planificação centralizada), respeitando suas dinâmicas de funcionamento e ao mesmo tempo buscando controlá-lo. A partir daí, busca-se criar um setor produtivo não estatal mais amplo e efetivo, especialmente de cooperativas, investimento estrangeiro e pequenas empresas privadas, comandados por trabalhadores por “conta própria” (autônomos), arrendatários e usufrutuários (forma de gestão privada da propriedade estatal, inclusive na agricultura) e pequenos empresários, aos quais será permitida a contratação de força de trabalho limitada, mas não a concentração da propriedade. No entanto, este setor deverá conviver com o setor estatal ainda majoritário, onde as empresas estatais devem passar por readequações organizativas visando alcançar maiores níveis de eficiência econômica, competitividade, bem como maior autonomia de gestão mediante a descentralização das decisões.

Nestes termos, as modificações propostas visam a retração de funções econômicas diretas sob responsabilidade do Estado, cujo fundamento estaria na ideia de que uma sociedade em transição ao socialismo, nas condições contemporâneas, devem conviver diferentes formas de propriedade e de gestão e, portanto, não faz sentido que o Estado seja o proprietário de pequenos serviços básicos — como salões de beleza, cafés, lanchonetes, sapatarias, lavanderias — prestados até então com pouca qualidade e eficiência, mas que se concentre em ramos e atividades econômicas estratégicas e de interesse nacional.

Consequentemente, se reconhece que o mecanismo de mercado deverá atuar sobre estes novos empreendimentos (inclusive empresas estatais), sendo que alguns deles deverão vender uma quota ao Estado e, posteriormente, poderão comercializar livremente no mercado. Sob o setor não estatal deverá atuar um tipo de planificação indireta, mediante mecanismos de política econômica.

Como antecedentes deste processo de mudanças poderíamos chamar atenção de três aspectos importantes do contexto político do país, que emergiram nas duas últimas décadas. Em primeiro lugar, a emergência de um discurso oficial crítico, especialmente de Raul Castro que, ao reconhecer os problemas e as falhas do sistema, passou a incentivar uma ampla discussão na sociedade (“dentro dos limites do socialismo”), falando em “*mudanças estruturais e de conceitos onde forem necessárias*”, como expressou em discurso em comemoração aos 54 anos do assalto ao quartel Moncada em 2007 (CASTRO, 2007).

Em boa medida, este tom crítico foi antecipado por um discurso de Fidel Castro em 2005 na Universidade de Havana em que atentou para a possibilidade de reversão do processo revolucionário por erros internos, em especial o crescimento das desigualdades e da corrupção. As principais críticas do novo líder são remetidas ao “*paternalismo estatal*” e à “*inércia individual de quadros intermediários (dirigentes políticos) e diretores de empresa*”, resultantes de um ordenamento socioeconômico fortemente centralizado, no qual os cidadãos esperavam as soluções vindas de cima; ao “*igualitarismo*” que, por sua vez, estaria nivelando por baixo as condições de vida dos trabalhadores mediante inúmeras “*gratuidades e subsídios excessivos*” concedidos pelo Estado; e a crítica frequente à ineficiência econômica das empresas estatais, que se expressaria em baixa produtividade, burocratismo, corrupção, descontrole administrativo (CASTRO, 2010).

Em segundo lugar, depois do esfacelamento da União Soviética (URSS), a liderança cubana enfatizou os efeitos do bloqueio econômico norte-americano como a causa principal das extremas dificuldades econômicas em que o país mergulhou, ou seja, para além das dificuldades reais que o bloqueio impunha (e impõe), o foco neste aspecto constituiu uma estratégia política de sobrevivência do governo durante o chamado Período Especial (BRITO, 2012). No entanto, passado o momento mais difícil, agora se admite que este é apenas um problema e que o sistema econômico possui deformações intrínsecas que estariam obstaculizando o desenvolvimento do país. Ainda que permaneçam as sanções dos EUA, o foco no “*inimigo externo*” parece deixar de ser a preocupação central. E, desta forma, o governo estaria sinalizando uma atenção especial ao enfrentamento das questões internas mais prementes, que afetam a vida cotidiana da população.

Além disso, também chamou atenção uma abordagem política diferenciada com relação a outros momentos reformistas da Revolução (MESA LAGO, 2012). A ascensão de Raul Castro deu início a um dos debates mais críticos na história recente de Cuba, podendo ser entendido como uma tentativa de superar um falso dilema que vigorou durante algum tempo entre reforma e revolução, ou seja, no início dos anos 1990, o governo evitou o termo “reforma” para as medidas de combate à crise econômica, uma vez que identificava a reforma do socialismo com o revisionismo e, portanto, como a porta de entrada de uma restauração capitalista. Em parte, isto pode ser visto como uma reação às transformações que estavam ocorrendo nos antigos regimes comunistas do Leste Europeu, visando-se distanciar daquele rumo.

Durante o momento mais crítico do Período Especial, que se seguiu ao colapso das URSS, a liderança cubana recorreu a uma controlada abertura vista muito mais com caráter emergencial, basicamente como uma imposição das circunstâncias, e não como uma estratégia reformista mais ampla. O êxito do projeto atual, de outro modo, afigura-se como estratégico não só em vista de dar respostas à prolongada crise econômica que vem afetando o país, mas sobretudo para assegurar a continuidade futura do poder revolucionário, que está passando por uma transição geracional.

Sem pretensões de esgotar o tema e ciente das limitações deste artigo, nosso objetivo é analisar a emergência desta proposta reformista dentro de um quadro econômico e político mais amplo, ou seja, o momento que se abriu após a Guerra Fria foi especialmente desfavorável às experiências de construção socialistas, tendo Cuba mergulhado em profunda crise, a qual colocou à prova a legitimidade e a autoridade do Partido Comunista e do governo encabeçado por Fidel Castro. Depois de superado o momento mais difícil do Período Especial — frequentemente descrito pelos dirigentes como uma etapa de sobrevivência e resistência do governo e do projeto socialista ante a avalanche neoliberal —, muitos autores apontaram que a Revolução Cubana passou a viver uma espécie de “*dilema ou encruzilhada*” na redefinição do seu projeto social. Coincidentemente, agora, o regime revolucionário experimenta uma transição geracional que deverá renovar a camada dirigente, sem os líderes históricos como Fidel e Raul Castro, o que poderá configurar um cenário político novo e, portanto, incerto. No entanto, para assegurar a continuidade do regime em novos contextos e renovar a sua legitimidade, a necessidade de reformas internas parecia cada vez mais evidente.

## 2. A CRISE DO “SOCIALISMO REALMENTE EXISTENTE” E O “PERÍODO ESPECIAL” EM CUBA

A desagregação dos regimes (autointitulados) comunistas no Leste Europeu, na virada para os anos 1990, intensificou uma crise de amplas proporções no socialismo. O debate acerca do fracasso da revolução no ocidente já vinha de muito tempo, entretanto, a crise do “*comunismo marxista-leninista*” era tão grave que o historiador Robin Blackburn (1993) afirmou que este já era incapaz de constituir uma alternativa aceitável ao capitalismo, chegando até mesmo a comprometer a própria ideia de socialismo.

Os países do Leste Europeu que vinham no rumo reformista da Glasnost e Perestroika, menos por razões de mera eficiência econômica do que razões políticas mais complexas, foram conduzidos a uma ruptura sistêmica em que prevaleceram as soluções ultraliberalizantes — mediante a chamada “*terapia de choque*” — que selou a transição à economia de mercado e a restauração do capitalismo (FERNANDES, L., 2000). As próprias antigas elites dirigentes abandonaram qualquer menção ao socialismo, e não se contentando em pôr abaixo todo aquele ordenamento institucional, criou-se uma atmosfera ideológica marcadamente anticomunista que buscou negar radicalmente o passado recente (LEWIN, 2007).

Ainda que este fenômeno de enorme transcendência tenha impactado a geopolítica mundial e o pensamento de esquerda, não se verificou o mesmo processo em outros países onde ainda subsistiam Partidos Comunistas no poder, como Cuba, China, Vietnã e Coreia do Norte. Entre eles, havia o traço comum de que seus regimes haviam emergido de autênticas revoluções nacionais em que a opção socialista não fora uma imposição externa. Mesmo assim, a necessidade de renovação atingia a todos, conforme salientou Blackburn:

(...) Sobrevivem regimes que se autodenominam comunistas ou socialistas, mas apesar das realizações que lhes podem ser atribuídas (como, por exemplo, o que foi feito em Cuba nas áreas de saúde e educação), é fora de dúvida que também esses regimes precisam ser renovados e reorientados de modo mais completo, que vise não apenas a criar uma cultura e uma organização política mais genuinamente democrática, como também a descortinar um modelo econômico novo e viável. (BLACKBURN, 1993, p. 107.)

A China e o Vietnã já haviam iniciado reformas que reordenaram a estrutura econômica, respectivamente a partir de 1978 e 1986, apostando em uma economia mista com forte presença do mercado — abertura à iniciativa privada e ao investimento estrangeiro, juntamente com a permanência de empresas estatais em setores estratégicos — dispostas à competição no mercado global. O Partido Comunista Chinês denominou esta formação como uma economia de mercado socialista (o “*socialismo com características chinesas*”) ou, segundo alguns estudiosos, melhor definido por capitalismo de Estado (MONIZ BANDEIRA 2009; MEDEIROS, 1999). A Coreia do Norte, por sua vez, optou pelo fechamento, adotando o militarismo e a autarquia “*juche*” como estratégias de sobrevivência, o que culminou praticamente no seu isolamento político e econômico internacional.

No caso de Cuba, até 1990, vigorou um sistema que poderíamos considerar como o *socialismo realmente existente* em sua versão cubana. De um lado, fortemente influenciado pelo modelo soviético e suas vicissitudes burocráticas, tais como: relação hierárquica entre Estado e sociedade (o poder emana, essencialmente, de cima para baixo), fusão entre Partido único e Estado, excessiva centralização político-administrativa, etc.

A ordem econômica era caracterizada por praticamente absoluta estatização dos meios de produção (apenas permaneceu uma parcela muito pequena de proprietários agrícolas familiares), planificação centralizada, planos quinquenais e mecanismos mercantis restritos. Por outro lado, buscou-se preservar as singularidades do seu regime que remontam à marca nacionalista da Revolução Cubana, a qual tentou conjugar o anseio de independência e soberania nacional à opção socialista, diante da permanente agressividade dos Estados Unidos (FERNANDES, 2007).

Ainda que o país tivesse alcançado razoável nível de bem-estar na década de 1980, sua economia altamente dependente do Bloco Socialista mergulhou numa crise sem precedentes quando a ajuda externa da URSS se extinguiu no início dos anos 1990. Neste ano, Fidel Castro proclamava o início de um “*Período Especial*”. O momento era crítico e pairavam muitas dúvidas sobre a capacidade de sobrevivência da Revolução.

Aquele modelo poderia permanecer nos marcos de um só país, sem os apoios externos de outrora? Era possível manter um sistema de partido único e economia estatal, em um contexto mundial em que o neoliberalismo alcançou hegemonia nos governos da América Latina e do Leste Europeu? Não se deve esquecer, entretanto, que um fator problematizador seguia sendo a hostilidade norte-americana que, de forma mais intensa, pressionava por mudanças internas na Ilha. Em suma, o que estava em jogo era capacidade do regime cubano de se inserir em um novo contexto global, diferente do qual se processou a revolução e a sua opção socialista (SALAZAR, 1992).

Ainda que pese a intensificação do bloqueio norte-americano, a crise evidenciou que o sistema econômico cubano sequer conseguia reproduzir-se sem a ajuda externa (DILLA, 2007). Diferentemente dos regimes chinês ou vietnamita, a liderança cubana estava disposta a preservar a orientação socialista mediante um tipo de abertura mais restrita e controlada da economia, ao adotar uma estratégia de concessões, a contragosto, às relações capitalistas, especialmente as medidas tomadas entre 1993 e 1995 (RODRIGUEZ, 2010). Entretanto, foi acordado que não haveria reversão das “*conquistas do socialismo*”, especialmente os sistemas de saúde e educação gratuitos e universais. Embora o governo relutasse em aceitar a necessidade de reformas, principalmente quanto à expansão dos mecanismos de mercado, a estratégia central consistiu na exploração do potencial turístico de Cuba, abertura ao investimento estrangeiro — mediante a associação do Estado com empresas de origem europeia, canadense e mexicana —, e autorização para o trabalho autônomo como alternativa à diminuição dos postos estatais. Neste sentido, o historiador Richard Gott (2006) ressaltou que:

os burocratas cubanos pensaram inicialmente que poderiam reformar o setor externo sem fazer mudanças internas drásticas — apoiando o capitalismo no estrangeiro, mas o socialismo dentro de casa. Queriam um enclave isolado de investimento estrangeiro e turismo que produzisse as divisas necessárias para manter a estrutura social sem mudanças. (Gott, 2006, p. 326.)

Perante a esta ilusão, entre 1993 e 1995, uma série de medidas governamentais iniciou a liberalização da economia cubana (GOTT, 2006). Em grande parte, aquela estratégia de superação da crise obteve êxito e, em passos lentos (a partir de 1994), uma frágil recuperação havia começado. Toda a economia foi aberta ao investimento externo, exceto os setores militares e os sistemas de saúde e educação.

Além disso, a reforma constitucional de 1992 retirou o “*caráter irreversível*” da “*propriedade estatal socialista*”, admitindo outras formas de propriedade em detrimento da quase total estatização existente, legalizando a propriedade privada, mista e cooperativa. Por fim, em 1995, instituiu uma emenda para incentivar e facilitar o investimento estrangeiro. Entretanto, estas medidas não conduziram à privatização das empresas estatais e tampouco foi permitida a acumulação privada de capital nas atividades liberadas ao trabalho autônomo e aos pequenos negócios familiares. Enfim, buscou-se limitar a mercantilização do setor interno da economia, permanecendo ainda fortemente controlado pelo Estado.

Durante a década de 1990, a confluência de problemas intrínsecos e extrínsecos ao sistema — como deficiências do Sistema de Direção e Planificação da Economia (o tipo de planificação vigente nos anos 1980), a desconexão do “*campo socialista*” associada ao bloqueio econômico e ao impacto das reformas em curso — produziram fortes desequilíbrios macroeconômicos, que afetaram duramente a vida cotidiana da população.

A falta de oferta na rede de comercialização estatal gerou um grande crescimento do mercado informal (“mercado negro”), ao qual a população teve de recorrer para complementar a cesta básica, uma vez que a caderneta de racionamento (a “*libreta*”) não supria as necessidades mensais de uma família. Por outro lado, os desequilíbrios levaram a uma crise cambial extrema, verificada pela alta desvalorização do Peso cubano (CUP) diante do dólar.

Em um momento em que o turismo e o investimento externo se expandiam, legalizou-se a posse do dólar e foi permitida a remessa de divisas dos cubanos emigrados, criando dois setores na economia que, por sua vez, operavam em dinâmicas e moedas diferentes (área peso e área dólar). Esta medida, por seu turno, levou ao desestímulo do trabalho formal — como meio para obtenção de renda — já que este operava em moeda desvalorizada. Consequentemente, grande parte da população passou a se valer do intercâmbio no mercado negro, não apenas de alimentos, em que consumidores e vendedores se apropriam de mercadorias do Estado — com frequência pelo roubo e desvios — cujas possibilidades de obtenção de moeda forte eram maiores (CARRANZA, 2002).

A economia cubana havia se tornado extremamente complexa em seu funcionamento, o que, num aparente paradoxo, criou um elevado nível de desorganização, decorrente das necessidades de articularem-se as diversas interfaces de uma economia na qual coexistiam setores planejados e regulados e o mercados formais e informais.

Deste quadro, resultaram os principais problemas da economia cubana, em grande parte ainda não solucionados, a saber: baixa produtividade do trabalho na atividade econômica como um todo, em especial, na agricultura, obrigando o país a importar a maioria dos alimentos consumidos; dupla circulação monetária e, consequentemente,

aumento da desigualdade de renda; sistema de incentivos ao trabalho deficiente, cujo baixo nivelamento salarial tem sido insuficiente para suprir as necessidades básicas das famílias; expansão do “mercado negro”, que torna a corrupção e o desvio de recursos do Estado uma prática generalizada.

### 3 A ENCRUZILHADA DA REVOLUÇÃO CUBANA

Alguns autores apontam que, à medida que a economia foi consolidando sua recuperação ao final dos anos 1990 Fidel Castro colocou fim ao ímpeto reformista, ou seja, quando a Venezuela passou a fornecer altos subsídios à Cuba, a partir de 2000, iniciou-se um processo de regressão de reformas, reestatização e recentralização das funções econômicas, uma vez superada a etapa mais crítica do Período Especial (DILLA, 2008; MONIZ BANDEIRA, 2009; MESA LAGO, 2009).

Assim sendo, para além de aspectos conjunturais, na base dos problemas que o país enfrenta estaria o fato de que o governo cubano ainda não havia conseguido superar uma concepção estatizante do socialismo, insistindo mesmo depois da *débâcle* do *socialismo realmente existente*, em práticas econômicas hipercentralizadas e no acúmulo de funções econômicas estatais.

Em suma, diante de um novo contexto e padrões produtivos globais, seguir apostando em um sistema altamente centralizado e sobrecarregado de funções econômicas diretas, estaria dando mostras de que não seria o melhor caminho para encarar os desafios de aceleração do crescimento econômico, melhoria da eficiência e aumento da produtividade como requer a economia cubana atual (VAZQUEZ, 2011).

Em 2005, Fidel Castro fez um famoso discurso na Universidade de Havana em que discutiu a reversibilidade dos processos revolucionários, colocando a possibilidade de derrota da Revolução e reversão do socialismo em Cuba, não por razões externas — os cubanos já haviam dado mostras da fortaleza política da Revolução Cubana quando o inimigo eram os EUA — mas, por erros próprios. Neste sentido, Fidel chamava atenção para a expansão da corrupção e das novas desigualdades que surgiam no país. E, neste mesmo discurso, honestamente sentenciou: “*uma conclusão a que cheguei ao cabo de muitos anos, entre os muitos erros que todos cometemos, o erro mais importante foi acreditar que alguém sabia de socialismo, ou que alguém sabia como se constrói o socialismo.*” (CASTRO, 2009, p. 55)

Com efeito, aquela limitada abertura inicial refletia a crise de uma concepção socialista — herdeira do marxismo-leninismo soviético — centrada no predomínio e no protagonismo do Estado na vida social. Pouco esforço se fez no sentido de repensar positivamente o socialismo naquele momento, uma vez que a prioridade era a resistência ante o neoliberalismo (HEREDIA, 2014). Muito embora o regime cubano tenha sobrevivido depois do fim da URSS, o historiador Moniz Bandeira (2009) percebeu neste processo o dismantelamento parcial do *socialismo real*, cujas reformas apontavam timidamente para um sistema do tipo Capitalismo de Estado, análogo à experiência chinesa pós-1978. Entretanto, estudiosos como Mesa Lago (2009) e Alonso (2008; 2011) destacaram que as reformas foram insuficientes, não atacaram o problema da concentração e centrali-

zação das funções estatais e, por conseguinte, não foram capazes de apontar para uma superação de um “*modelo socialista estatal*”. Outros especialistas apontam que, mesmo com a crise e a limitada abertura dos anos 1990, o governo cubano manteve o “projeto” socialista, no sentido da manutenção de uma perspectiva ou orientação socialista a ser desenvolvida em um longo período de transição (VALDEZ PAZ, 2009).

A chegada de Raul Castro ao poder em 2006 abriu perspectivas de uma mudança de postura no enfrentamento daqueles problemas e coincidiu com um momento decisivo nos rumos da Revolução Cubana, cujo dilema tem sido: já não é possível sustentar uma concepção de socialismo herdeira do modelo soviético (excessivamente centralizado e verticalizado), uma vez que tem dado claros sinais de esgotamento de seu potencial econômico; e, ao mesmo tempo, predomina dentro do PCC um rechaço a uma abertura política e econômica mais ampla com a possibilidade de conduzir às chamadas transições “*pós-comunistas*”, como as que se verificaram no Leste Europeu, marcadas pelas políticas neoliberais como a privatização generalizada, corte radical de gastos estatais, liberalização dos preços, etc., e, portanto, não seria uma saída aceitável aos problemas do país. O PCC segue afirmando que o socialismo continua sendo, no caso de Cuba, a única opção para o desenvolvimento e soberania nacional, porém, até o lançamento dos *Lineamientos* em 2010 não tinha clareza (ou acordo interno) sobre os meios que utilizaria para tal.

Apenas com outros termos, o sociólogo cubano Aurélio Alonso (2008) observou que o dilema dos cubanos é “*sair do caos sem cair na lei da selva*”. Em outras palavras, o sistema socioeconômico existente em Cuba deveria transitar de um modelo socialista que fracassou — recusando a ilusão das instituições liberais — para um modelo socialista viável que conjugue a justiça social com o desenvolvimento econômico. A ideia passa pela tentativa de construir algo novo em vista de sua experiência histórica acumulada, descartando os paradigmas do *socialismo realmente existente* e das limitadas democracias capitalistas. Este último, claramente, é o projeto dos EUA para Cuba, com a possibilidade de vir acompanhado de perda da soberania; porém, a maioria dos cubanos, pelo menos por enquanto, parece não estar disposta a aceitá-lo. Assim sendo, para o autor, o desafio dos cubanos é repensar a transição socialista (ALONSO, 2011).

Já Atilio Borón (2010), ao discutir as dificuldades práticas e teóricas do chamado “*socialismo do século XXI*”, também chamou atenção para a necessidade de se repensar as concepções socialistas, ao propor uma política de reformas *dentro* do socialismo. Embora não seja um experimento simples e ausente de contradições, ele apontou a possibilidade de um ordenamento econômico mais flexível em que convivam diferentes formas de propriedade social (cooperativas, empresas mistas associadas com o capital privado, empresas controladas pelos funcionários em associação com os consumidores, etc.), desde que prevaleçam os meios de produção fundamentais e os recursos estratégicos estatais; ademais se requer um Estado forte. Ao advertir os perigos da paralisia ante a busca de alternativas, afirmou:

agarrar-se a um velho modelo, mesmo que tenha sido bem sucedido no passado, quando as condições nacionais e internacionais que o faziam possível e razoável não existem mais, equivale a se internar numa rota que inexoravelmente culmina num maiúsculo e penoso fracasso. (BORÓN, 2010, p. 108.)

#### 4 A DINÂMICA ENTRE POLÍTICA E REFORMA ECONÔMICA

Se nas décadas de 1970 e 1980 o modelo socialista cubano, de inspiração soviética, foi capaz de proporcionar um crescimento econômico extensivo que se traduziu em aumento do bem-estar material, durante o chamado “*Período Especial*”, ficou claro que a prioridade do governo foi assegurar a manutenção política do regime em uma conjuntura radicalmente adversa que paralisou o desenvolvimento do país. Mesmo abatido por uma crise de referenciais socialistas, o governo cubano resistiu às políticas neoliberais em ascensão em todo o mundo e, desta forma, adiou ou postergou uma reforma econômica sustentada e coerente — os dirigentes cubanos frequentemente citam este momento como a etapa da sobrevivência da Revolução e do seu projeto socialista.

No entanto, o sistema econômico, ineficiente e com distorções, além de parecer incapaz de gerar soluções para os problemas da austera vida cotidiana dos cubanos, também passara a conviver com a crescente desigualdade social que emergiu. Situação que, inclusive, poderia minar de forma irreversível o próprio ideal socialista, na sua projeção de um futuro diferente e melhor que a condição atual do país. A não superação efetiva dos efeitos do Período Especial — em 2007, Raúl Castro, na mesma ocasião supracitada, salientava que Cuba ainda não havia saído do Período Especial — impunha a necessidade de reformas profundas, visto que duas décadas vividas sob as dificuldades de uma crise econômica mais ou menos aguda alterou significativamente a base de apoio à Revolução, e com isso poderia até comprometer a continuidade de um projeto de orientação socialista ou mesmo do regime revolucionário.

O tema das reformas, no entanto, é politicamente muito sensível, uma vez que as medidas aprovadas serão conduzidas pela mesma geração de revolucionários que implantou as transformações socialistas pós-1959. Se, por um lado, isto implica o reconhecimento de equívocos políticos no passado ou mesmo a necessidade de eliminar “*mentalidades obsoletas*” diante das transformações contemporâneas, por outro, alguns observadores assinalam que se deve aproveitar a presença da liderança histórica<sup>(3)</sup> para a implementação de reformas estruturais, como aconteceu na “*Reforma e Abertura*” na China (1978) e na “*Renovação*” (1986) no Vietnã (VAZQUEZ, 2012), ou seja, o próprio partido governante, o Partido Comunista, promove e conduz o processo por intermédio de seus líderes históricos, que ainda detêm a legitimidade e a autoridade para enfrentar cenários incertos e que tendem a se complexificar à medida que as reformas aprofundem.

Em vista do quadro que apresentamos acima, tudo indica não ser mais possível a liderança cubana apostar na mobilização permanente da sociedade para as finalidades econômicas do governo (como Fidel Castro recorreu inúmeras vezes), já que possivelmente não encontraria a mesma ressonância das décadas anteriores. Há, evidentemente, um desgaste do discurso oficial, e isso certamente influenciou o tipo de reforma econômica que está sendo proposta, notadamente mais pragmática.

---

(3) A “*liderança histórica*” é denominação que se dá em Cuba para os homens e mulheres que participaram da luta revolucionária como guerrilheiros e, posteriormente, passaram a ocupar importantes cargos de comando no Estado e no Partido. Fidel e Raul são as figuras mais proeminentes.

Alec Nove (1989), em sua análise dos contextos reformistas no Leste Europeu anteriores à Glasnost e Perestroika (1986), salientou que nas sociedades de tipo soviético a possibilidade de surgirem obstáculos a um projeto reformista viria de três situações:

I. a camada dirigente central adota uma postura fortemente conservadora em função de suas posições de poder (ou seja, sabem que mudanças implicam em transferência de poder);

II. os estratos médios da burocracia podem adotar uma postura de resistência às mudanças;

II. ou parte dos cidadãos ambiciona manter o *status quo*.

Ainda que Nove trate de outra conjuntura e outros países, algumas aproximações e comparações podem jogar alguma luz sobre o contexto cubano.

Nestes termos era evidente que adotar uma postura imobilista poderia se tornar uma ameaça à estabilidade política do regime. Boaventura Sousa Santos (2009) salientou que a Revolução levou ao limite a tensão possível entre legitimação ideológica e condições materiais de vida.

Em outras palavras, o sistema econômico tem se mostrado deficiente e poderia levar à descrença generalizada da própria ordem política à medida que esta não sinalize um enfrentamento vigoroso das precárias condições econômicas. E foi neste sentido que Raul Castro falou no *IX Congresso da União da Juventude Comunista (UJC)* em 2010, ao salientar que a “*batalha econômica constitui hoje, mais do que nunca, a tarefa principal e o centro do trabalho ideológico dos quadros, porque dela depende a sustentabilidade e preservação do nosso sistema social*” (CASTRO, 2010a), ou seja, centrar o discurso político apenas na conservação do que foi alcançado — como ocorria com frequência — poderia contribuir para a descrença generalizada no regime em um futuro não muito distante.

A provação representada pelo Período Especial pode ter deixado a lição de que os cubanos não estariam mais dispostos a apoiar (ativamente ou por resignação) um sistema que não consegue concretizar as suas próprias promessas de um futuro melhor. Deixar aprofundar a descrença e o distanciamento entre a liderança e as massas seria a decretação de morte do projeto originário da Revolução Cubana. Diante disto, discutir uma solução mais duradoura e integral se tornou uma tarefa urgente para o governo cubano, e foi ciente disso que Raul Castro colocou, pelo menos no discurso público, que para produzir mais o sistema precisaria de “*mudanças estruturais e de conceitos*” (CASTRO, 2007). A estabilidade política a médio e longo prazo é um objetivo declarado dos dirigentes. Em sendo assim, é necessário forjar as condições para sua reprodução em novos cenários, principalmente quando o processo revolucionário se encontra em fase de transição geracional na cúpula de poder, com os líderes históricos Fidel e Raul Castro passando os cargos de comando para as novas gerações.

Nove considerou a existência de dois cenários “políticos” diametralmente opostos para a emergência de reformas nos antigos regimes da Europa Oriental:

No primeiro, a autoridade política central se convence da necessidade de reforma, impõe-na aos burocratas conservadores de nível médio e o resto da população a aceita: este foi,

mais ou menos, o padrão húngaro. A outra versão depende, ao contrário, da fraqueza e da desorganização do centro (de poder) e da pressão efetiva da opinião pública. (NOVE, 1989, p. 275.)

Não obstante as particularidades, Cuba aproxima-se mais ao primeiro caso. Apesar do respaldo de grande parte da população ao processo revolucionário, a insatisfação com relação às condições econômicas é evidente. De todo modo, a direção do país se antecipou a qualquer sinal de descontentamento organizado e numeroso, ao lançar uma primeira versão das reformas em 2010, com a estabilidade política assegurada depois da sucessão de Fidel Castro.

Ademais levou a discussão do Projeto de *Lineamientos* junto à população nos centros de trabalho, escolas e Comitês de Defesa da Revolução (CDR's) e, com isso, logrou uma expectativa de melhorias nas condições de vida. A pressão popular ao governo é uma pressão indireta, na maioria das vezes expressas de forma fragmentada nas “*organizações de massa*” — controladas pelo PCC — e, portanto, não chega a constituir movimentos massivos de contestação à ordem política, ou seja, a direção do PCC dá sinais de ter um controle relativo da situação, podendo ditar o ritmo das reformas, e pelo menos até agora aponta para uma estratégia de implementação gradual, conforme respondeu Raul Castro aos que reclamam da lentidão do processo: “*continuaremos sem pressa, porém, sem pausa.*” (CASTRO, 2013.)

Ao conclamar a população a debater e apoiar a “*atualização do modelo econômico e social*”, Raul Castro tenta canalizar, ao que parece, uma vontade majoritária na população, desejosa por mudanças, conforme deu a entender o amplo debate social prévio ao VI Congresso do Partido. No entanto, o desejo de mudanças foi acompanhado de uma certa tensão, sobretudo quando se afigura uma demissão gradual de funcionários estatais que deverão ser realocados para setores não estatais da economia, em que muitos cubanos não se consideram preparados (em termos de mentalidade e recursos financeiros). Por outro lado, as críticas de Raul ao “*burocratismo*” e à “*resistência passiva dos quadros intermediários em mudar a mentalidade*” confirmam que existem obstáculos de certa camada burocrática à implementação das reformas.

Alec Nove também destacou que, nos regimes de tipo soviético, e aqui equivale ao regime cubano, as principais lideranças políticas são também as lideranças econômicas, e, desta forma, podem existir conflitos no interior do estrato dominante. Ainda que o PCC não permita o direito a tendências, poderíamos identificar basicamente duas concepções internas do socialismo, que Camila Harnecker (2012) chamou de “*estatistas*” e “*economicistas*”, as quais entendem o socialismo, respectivamente, como alguma variante do “*socialismo de Estado*” e do “*socialismo de mercado*”. A primeira visão, herdeira dos preceitos que vigoravam no socialismo soviético, é partidária de um Estado forte (não em extensão) e vê a centralização e a verticalização como instrumentos de correção dos problemas principais, identificados com o descontrole e a indisciplina na atividade econômica. A segunda visão considera como pré-condição ao socialismo o desenvolvimento das forças produtivas, com vistas a aumentar a produção e a riqueza a serem divididas pela sociedade; neste sentido, propõe o aumento dos setores privados da economia, atrelados a uma maior incidência dos mecanismos de mercado, e com isso incentivar

a eficiência e elevação das taxas de crescimento econômico. Embora existam outras visões, estas seriam as duas visões predominantes dentro do Partido e que se expressam no programa de reformas.

De outro modo, Nove também salientou que se o poder dirigente for ameaçado “*de baixo*”, certamente ele cerrará fileiras e aparecerá como algo monolítico. Se nos antigos regimes do Leste Europeu isto acontecia em função da pressão popular, a experiência do processo revolucionário cubano mostra que isto é verdade, sobretudo, diante da pressão externa dos EUA. A obsessão do *establishment* norte-americano em derrocar o regime revolucionário e retirar os “irmãos Castro” do poder tem sido permanente ao longo das décadas, de tal forma que deve ser considerado um elemento central para a compreensão das limitações e da dinâmica da política cubana. Desta forma, a ingerência histórica dos governos norte-americanos constitui uma variável chave para o ritmo das reformas, uma vez que os EUA não cessam sua ambição em ser um ator interno em Cuba.

No entanto, a partir dos anos 2000, o mapa político da América Latina mudou, e ainda que os EUA sigam com uma política de hostilidade à Cuba, seu poder imperial já não é incontestável como foi nos anos iniciais pós-Guerra Fria. Em outras palavras, há uma relativa diminuição da influência dos EUA na região, o que possibilitou a emergência de um eixo bolivariano solidário à Cuba, em especial a Venezuela, ao Equador, a Bolívia e a Nicarágua.

Soma-se a isto a aproximação de Cuba a outros governos sul-americanos como o Brasil e a Argentina, bem como a participação nos organismos de integração regional como a ALBA (Aliança Bolivariana para os povos de Nossa América) e CELAC (Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos) que, além de representar um passo importante na diversificação de suas relações externas, podem abrir um cenário internacional mais propício a seu projeto reformista, na medida em que estas relações não colocam pré-condições nas negociações com a Ilha (SERBIN, 2011). Nestes termos, a implementação das medidas para a “*atualização do modelo econômico cubano*” está estrategicamente associada a esta alternativa de integração, em um momento em que a Revolução Cubana goza, historicamente, de suas melhores relações com a América Latina e Caribe desde 1959.

## 5 CONCLUSÃO

Por fim, o regime político cubano, produto da revolução de 1959, está atravessando um momento de mudanças do seu sistema econômico-social que está sendo considerada por muitos analistas como as mais transcendentais das últimas décadas. O sistema cubano até então sofreu de diversas contradições, tais como: proporcionava um nível de bem-estar social relativamente em boas condições — especialmente o acesso gratuito e universal à saúde e educação —, além de vários serviços subsidiados pelo Estado (como esporte, cultura e inclusive alimentação básica). Por outro lado, não possibilitava a elevação do padrão de vida individual e familiar dos trabalhadores estatais, cuja renda não tem sido suficiente para a satisfação das necessidades na esfera do consumo (e dos serviços) individuais; a força de trabalho cubana, conhecida pelos altos índices

de escolarização, está parcialmente subutilizada uma vez que o sistema econômico não tem conseguido reverter este nível de conhecimento humano em aumento do bem-estar material.

Apesar da manutenção das conquistas sociais e da recuperação inconclusa iniciada no final da década de 1990, a capacidade produtiva da economia cubana ainda segue muito depreciada, e poderia conduzir a outro cenário de crise potencial (não apenas em termos econômicos, mas talvez com impactos no seu sistema político). Alguns economistas cubanos afirmam que as próprias conquistas da Revolução não são sustentáveis nas atuais condições de produtividade da economia, ou seja, o país não produz o suficiente para assegurar os amplos direitos sociais da população e, conseqüentemente, o Estado está incorrendo em endividamentos crescentes e fortes desequilíbrios na balança de pagamentos. Diante deste cenário, caso não se buscasse enfrentar estes desafios, possivelmente iria gerar uma situação insustentável no médio e longo prazo, inclusive, com conseqüências políticas imprevisíveis.

Para concluir, a etapa iniciada sob o mote da “*atualização do socialismo*” está sendo marcada pela busca de outros instrumentais econômicos capazes de enfrentar com êxito as conseqüências da prolongada crise que se seguiu à derrocada do Bloco Socialista, que acabou por estreitar as bases de apoio do regime. Uma redefinição do seu projeto socialista está abrindo caminho para um setor reconhecidamente mercantil da economia, que se quer tentar controlar, juntamente com a proeminência de um setor estatal mais descentralizado e autônomo que opere com mais eficiência. A intenção, ao que parece, é transitar de um modelo socialista que se inspirou no sistema soviético para um socialismo com características nacionais que consiga responder aos seus desafios contemporâneos e, certamente, o maior deles é enfrentar o subdesenvolvimento econômico, especialmente aumentar a capacidade produtiva de sua economia em quantidade e qualidade. E com isso busca-se nutrir a legitimidade política da Revolução para assegurar estabilidade do regime — não está em discussão o comando do Partido Comunista como partido único — em um período de transição geracional da direção do país. De um ponto de vista mais amplo, porém, o que está em jogo é a própria sobrevivência da Revolução Cubana como um processo político transformador e a sua capacidade de reinventar um projeto socialista de novo tipo, de acordo com as condições do século XXI e a sua experiência histórica.

## 6 BIBLIOGRAFIA

### 6.1 LIVROS E PERIÓDICOS

ALONSO, Aurélio. Sair do caos sem cair da lei da selva. In: *Le monde diplomatique Brasil*. São Paulo, n. 12, jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Cuba: a sociedade após meio de século de mudanças, conquistas e contratempos. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 07-18, 2011.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BLACKBURN, Robin (Org.). *Depois da Queda: O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

- BORÓN, Atilio. *O socialismo no século XXI: Há vida depois do neoliberalismo?* São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- BRITO, Julian. A Revolução Cubana após a derrubada do campo socialista: as condições da sobrevivência política. *Revista Aurora*, Marília, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2699/2123>> Acesso em: 30.01.2013.
- CARRANZA, Júlio. La economía cubana: balance breve de una década crítica. In: *Revista Temas*, Havana, n. 30, p. 4-17, 2002.
- DILLA, Haroldo. La dirección y los límites de los cambios. In: *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 216, p. 36-48, 2010.
- \_\_\_\_\_. Cuba: Transición o continuidad? *Revista Herramienta*, Buenos Aires, n. 35, p. 53-66, 2007.
- FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- FERNANDES, Luis. *O enigma do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2000.
- GOTT, Richard. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.
- HARNECKER, Camila. Visiones sobre el socialismo que guían los cambios actuales en Cuba. *Revista Temas*, Havana, n. 70, p. 46-55, 2012.
- \_\_\_\_\_. Empresas no estatales en la economía cubana¿ construyendo el socialismo? *Revista Temas*, Havana, n. 67, p. 68-77, 2011.
- HEREDIA, Fernando. *En Cuba tenemos que combinar bien el realismo terco con la imaginación* (2014). Disponível em: <[http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/02/11/en-cuba-tenemos-que-combinar-bien-el-realismo-terco-con-la-imaginacion/#.U9b\\_k5RdXrQ](http://www.cubadebate.cu/opinion/2014/02/11/en-cuba-tenemos-que-combinar-bien-el-realismo-terco-con-la-imaginacion/#.U9b_k5RdXrQ)> Acesso em: 28.07.2014.
- LEWIN, Moshe. O que foi o sistema soviético? *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 10, p. 39-53, 2007.
- MEDEIROS, Carlos. China: Entre os séculos XX e XXI. In: FIORI, José Luis (org.). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999. p. 379-411.
- MESA LAGO, Carmelo. *Balance Económico-Social de 50 años de Revolución en Cuba* (2009). Disponível em: <<http://www.mesa-lago.com>> Acesso em: 16.10.2011.
- \_\_\_\_\_. *Cuba en la era de Raul Castro. Reformas económico-sociales y sus efectos*. Madrid: Colibrí, 2012.
- MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *De Martí a Fidel: a revolução cubana e a América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- NOVE, Alec. *A economia do socialismo possível*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- RODRIGUEZ, José Luis. Cincuenta años de revolución en la economía cubana. In: *Revista Espacio Crítico*, Bogotá, n. 13, 2010. Disponível em: <[http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/revista/rect13/n13\\_a07.pdf](http://www.espaciocritico.com/sites/all/files/revista/rect13/n13_a07.pdf)> Acesso em: 25.05.2014.
- SALAZAR, Luis Suárez. La ‘crisis cubana’: un análisis desde la Habana. In: *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 121, p. 164-172, 1992.
- SERBIN, Andrés. Círculos Concéntricos: la política exterior de Cuba en un mundo multipolar y el proceso de ‘actualización’. In: AYERBE, Luis Fernando (org.). *Cuba, Estados Unidos y América Latina frente a los desafíos hemisféricos*. Buenos Aires: Ed. Icaria, 2011. p. 229-268.
- SOUSA SANTOS, Boaventura. Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a esquerda? *Oficina do CES*, Coimbra, n. 322, p. 1-15, 2009.
- TRIANA, Juan. Cuba: de la actualización del modelo económico al desarrollo? *Revista Nueva Sociedad*. Buenos Aires, n. 242, p. 84-9, 2012.

VALDÉS PAZ, Juan. *El espacio y el límite. Estudios sobre el sistema político cubano*. Havana: Ruth Casa Editorial, 2009.

VAZQUEZ, Julio Diaz. Un balance crítico sobre la economía cubana. Notas sobre dirección y gestión. In: *Revista Temas*, Havana, n. 66, p. 123-133, 2011.

\_\_\_\_\_. Actualizar el modelo económico en Cuba: ¿patrón chino o vietnamita? In: *Análisis y pensamiento iberoamericano sobre China*. Baiona: Ed. Observatorio de la Política China, 2012. Disponible em: <[http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1341234981jiexi\\_zhongguo4.pdf](http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1341234981jiexi_zhongguo4.pdf)> Acceso em: 08.11.2013.

## 6.2 FONTES DOCUMENTAIS

CASTRO, Fidel. Discurso en la Universidad de la Habana. 17 de Noviembre de 2005. In: GUANCHE, Julio Cesar (org.). *El poder y el proyecto: Un debate sobre el presente y el futuro de la revolución en Cuba*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2009. p. 27-107.

CASTRO, Raúl. *Discurso pronunciado en el acto por el aniversario 54 del asalto al Cuartel Moncada, en la ciudad de Camaguey*, Camaguey, Julio de 2007. Disponible em: <<http://www.granma.cu/granmad/secciones/raul26/>> Acceso em: 29.07.2014.

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado en la clausura del IX Congreso de la Unión de Jóvenes Comunistas*. Havana, Abril de 2010a. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu>> Acceso em: 15.03.2013

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado en la clausura del Sexto Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular*. 18.12.2010b. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu>> Acceso em: 29.07.2014

\_\_\_\_\_. *Informe Central al VI Congreso del Partido Comunista de Cuba*. Havana, Abril de 2011. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu>> Acceso em: 15.03.2013.

\_\_\_\_\_. *Discurso pronunciado en la clausura de la Sesión de Constitución de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular*. Havana, Fevereiro de 2013. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu>> Acceso em: 15.03.2013.

PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. *Objetivos de trabajo del Partido Comunista de Cuba aprobados por la Primera Conferencia Nacional*. Havana, Janeiro de 2012. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu>> Acceso em: 29.07.2014.

\_\_\_\_\_. *Proyecto de Lineamientos de la Política Económica y Social*. Havana, Noviembre de 2010. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu>> Acceso em: 25.05.2014.

VI CONGRESO DEL PARTIDO COMUNISTA DE CUBA. *Información sobre el resultado del debate de los Lineamientos de la política económica e social del Partido y la Revolución*. Havana, Mayo de 2011. Disponible em: <<http://cubadebate.cu>> Acceso em: 20.05.2011.

\_\_\_\_\_. *Resolución sobre los Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución*. Havana, abril de 2011. Disponible em: <<http://pcc.cu>> Acceso em: 25.05.2014.